

A TRAJETÓRIA PÚBLICA DE MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES POR MEIO DE REGISTROS PESSOAIS: Entre Memória, Arquivos e História Política

MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES' PUBLIC TRAJECTORY THROUGH PERSONAL RECORDS: Between Memory, Archives and Political History

Ana Carolina Reyes¹
Rafaella Bettamio²

Resumo: O acervo pessoal de Maria da Conceição da Costa Neves traz elementos que iluminam a história do período em que vigorou a ditadura militar no Brasil. A titular, que viveu de 1908 a 1989, teve forte atuação como deputada estadual de São Paulo, participando ativamente da oposição ao governo de João Goulart. Seu acervo reflete sua atividade como deputada e é composto por documentação sonora e audiovisual. O presente artigo analisa a trajetória de Conceição da Costa Neves a partir de três fontes principais, com temporalidades distintas: o seu acervo pessoal, sob custódia do Arquivo Nacional desde 2009, sua autobiografia publicada em 1984, e o depoimento oral de Mônica da Silva Telles, sua sobrinha-neta, concedido em novembro de 2022. A análise das fontes contribui para conhecermos a história de vida da titular e também nos permite revelar interessantes aspectos da sociedade brasileira ao longo do século XX.

Palavras-chave: Maria da Conceição da Costa Neves, Memória, Arquivo Pessoal, História Oral, História das Mulheres.

Abstract: Maria da Conceição da Costa Neves' personal archive, which is held at the National Archive, contains elements that shed light on the history of the period during which the military dictatorship was in force in Brazil. The incumbent, who lived from 1908 to 1989, played a key role as a state deputy for São Paulo, actively participating in the opposition to the government of João Goulart, which triggered the civil-military coup of 1964. Her collection reflects her activity as a deputy and is composed of audio and audiovisual documentation. This paper analyzes the trajectory of Maria da Conceição da Costa Neves based on three main sources, with different temporalities: her personal archive, which has been in the custody of the National Archives since 2009, her autobiography published in 1984, years before her death, and the oral testimony of Mônica Rocha da Silva Telles, her great-niece, given in November 2022. The analysis of the sources contributes to our understanding of the incumbent's life story and also allows us to reveal interesting aspects of Brazilian society throughout the 20th century.

Keywords: Maria da Conceição da Costa Neves, Memory, Personal Archive, Oral History, History of Women.

Introdução

¹ Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz e Técnica em Assuntos Culturais da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental do Arquivo Nacional.

² Doutora em História pelo CPDOC/FGV-Rio, com estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e pesquisadora da Coordenação de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, onde coordena o Acervo de História Oral da FBN (AHO-FBN).

No presente artigo, analisamos a trajetória de Maria da Conceição da Costa Neves a partir de três fontes principais, com temporalidades distintas: o seu acervo pessoal sob custódia do Arquivo Nacional desde 2009; sua autobiografia publicada em 1984, anos antes de sua morte, e o depoimento oral de Mônica Rocha da Silva Telles, sua sobrinha-neta, concedido recentemente a uma de nós, em 27 de novembro de 2022. A pesquisa insere-se no campo da memória social e da história política do Brasil recente, e a metodologia utilizada concentra-se na análise histórica documental aliada à história oral. A investigação sobre as fontes, à luz de uma bibliografia pertinente, contribui para conhecermos a história de vida Maria da Conceição da Costa Neves e também nos permite revelar interessantes aspectos da sociedade política brasileira de meados do século XX.

O acervo de Maria da Conceição Costa Neves no Arquivo Nacional

Em 2009, uma iniciativa do governo do Brasil representou mais um passo na chamada justiça de transição brasileira: a criação do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - *Memórias Reveladas*. O conceito de justiça de transição, segundo Paul Van Zyl¹ (2009, p.32), é definido como o “esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos”. Dentre as dimensões fundamentais que são alicerces de uma efetiva justiça de transição, segundo Abrão e Torelly (2010, p.2), encontra-se o direito à memória e à verdade. Assim, um dos mecanismos de se “passar a limpo” o período autoritário de nossa história foi a implementação de uma política específica de memória sobre o período da ditadura militar, sendo uma das principais expressões dessa política o projeto *Memórias Reveladas*.

O Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - *Memórias Reveladas* foi criado no âmbito da Casa Civil da Presidência da República sob a coordenação do Arquivo Nacional (AN). O objetivo do Centro é reunir e tornar acessíveis por meio digital, através de portal na internet², informações acerca de arquivos referentes ao regime ditatorial militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas. Se, por um lado, a criação do *Memórias Reveladas* exigiu um esforço prévio em se recolher ao Arquivo Nacional, a partir de 2005, documentação pública produzida e recebida por órgãos de inteligência e repressão que existiram durante a ditadura militar³, por outro lado, houve o incentivo à doação, por parte de particulares, de documentos que retratassem o período, com o

lançamento do Edital Público de Chamamento de Acervos 001/2009⁴. Este edital trouxe simplificação aos trâmites burocráticos e agilidade aos procedimentos de doação, dispensando os detentores de documentos das formalidades exigidas na transferência de acervos para o AN, como prévia higienização, acondicionamento e identificação. A chamada para a doação contou com propaganda televisiva e banners espalhados em locais públicos.

Nesse contexto, em 2009, foi entregue ao Arquivo Nacional parte do acervo pessoal de Maria da Conceição da Costa Neves, ex-deputada estadual de São Paulo, eleita por sucessivos mandatos desde 1947, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e também pelo Partido Social Democrático (PSD), e cassada em 1969. A doadora do acervo de Maria da Conceição foi sua sobrinha-neta, Mônica Rocha da Silva Telles. A política de chamamento para a doação de acervos privados empreendida pelo *Memórias Reveladas* tinha como um dos objetivos contribuir para a reconstrução da memória sobre os anos em que vigorou o regime militar. Para essa tarefa, sem dúvida é essencial o acesso aos documentos de natureza pública oriundos dos órgãos integrantes da estrutura do Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SISNI), montada a partir de 1964. Mas, na constituição do mosaico de versões sobre esse período, os arquivos privados também têm grande destaque – inclusive se considerarmos que muitas vezes, dentre a documentação privada, são encontrados documentos públicos acumulados pelo titular que exerceu cargo ou função pública.

O acervo pessoal de Maria da Conceição que se encontra no Arquivo Nacional traz elementos que iluminam a história do período em que vigorou a ditadura militar. A titular, que viveu de 1908 a 1989, teve forte atuação como deputada, participando ativamente da oposição ao governo de João Goulart junto ao PSD⁵. Ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) quando da instituição do bipartidarismo, implantado pelo General Castelo Branco a partir do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, e sofreu a cassação do seu mandato em 1969, por decorrência do AI-5, decretado em dezembro de 1968. Seu acervo reflete suas atividades como deputada estadual e é composto por documentação sonora e audiovisual.

No ano de criação do *Memórias Reveladas*, devido à campanha de sensibilização da sociedade quanto à importância da doação de documentos referentes ao regime militar, o Arquivo Nacional teve um aumento considerável no número de acervos privados doados, conforme aponta Benassi (2017). Em sua pesquisa, Benassi procurou perceber de que forma as mulheres estão representadas nos arquivos, dando

enfoque nos acervos pessoais de mulheres sob a guarda do Arquivo Nacional. Segundo Benassi (2017, p. 31) dos 305 conjuntos documentais privados custodiados no AN, 196 foram produzidos por homens, enquanto apenas 26 são de mulheres. Dentre esses, encontra-se o de Maria da Conceição da Costa Neves.

Entre fitas e rolos: arquivo pessoal e autobiografia

A primeira aproximação com o arquivo de Maria da Conceição da Costa Neves ocorreu em 2018, quando foi iniciado o trabalho de tratamento técnico do acervo da titular custodiado pelo Arquivo Nacional. Trata-se de um arquivo privado pessoal composto por documentos audiovisuais e sonoros (em um total de nove películas e nove fitas audiomagnéticas de carretel aberto, também chamadas de fitas-rolo), que refletem as atividades de Maria da Conceição da Costa Neves como militante política e deputada estadual de São Paulo. São gravações de programas de rádio em que Maria da Conceição e outras personalidades políticas são entrevistadas; discursos da titular na Assembleia Legislativa de São Paulo; imagens em movimento de Maria da Conceição em momentos de lazer com seus familiares e amigos e também do seu trabalho de filantropia junto a crianças internas em um dos leprosários do estado de São Paulo, dentre outros materiais. A película que registra o trabalho filantrópico de Maria da Conceição é uma das poucas feitas em nitrato que compõem o acervo do Arquivo Nacional⁶.

O tratamento técnico do acervo iniciado em 2018 consistia na descrição das gravações das fitas-rolo (que já tinham sido digitalizadas pela então equipe da Ilha de Som do Arquivo Nacional) e na alimentação das informações no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁷. Importante destacar que o acervo sonoro compreende apenas registros circunscritos à sua atuação como deputada (discursos, entrevistas), e suas datas de produção estão compreendidas entre o final da década de 50 e meados da década de 60.

Foram duas principais dificuldades encontradas na descrição desses documentos sonoros. A primeira se refere a algumas gravações cujo áudio está incompreensível, pois, mesmo depois da digitalização das fitas e dos ajustes em software nos arquivos gerados, por vezes o som permaneceu ininteligível. A segunda dificuldade, central para este artigo, está ligada às lacunas de informações sobre a vida pessoal e profissional de Maria da Conceição da Costa Neves. Ao longo do trabalho de audição das gravações para posterior descrição, fomos percebendo esse

caráter fragmentado da documentação, o que muitas vezes tornava difícil compreender seus sentidos. Exemplos dessa dificuldade estão no desafio de identificar as pessoas cujas vozes aparecem nas gravações, os fatos a que estão se referindo, ou mesmo se o programa de entrevistas é de rádio ou TV. São questões que se traduzem em obstáculos no processo da descrição documental.

Outra questão que surgiu durante o tratamento técnico da documentação sonora diz respeito a como se deu a acumulação pessoal deste conjunto por Maria da Conceição. Segundo Artières (1998), a partir do final do século XVIII, vemos surgir nas sociedades europeias uma crescente valorização da escrita pessoal e uma preocupação com o arquivamento da própria vida.

Tudo passa pelo escrito: a utilização do tempo passado e do tempo que ainda está por vir, o domicílio, o parentesco, a descendência. (...). O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano. (Artières, 1998, p.14).

Essa reflexão é interessante para pensarmos a construção de acervos pessoais, mas, no tocante ao de Maria da Conceição da Costa Neves, devemos nos atentar para o fato de que ele não é propriamente escrito, no significado estrito do termo. Nesse sentido, Aleida Assmann (2001, p.24) reflete sobre os suportes da memória e destaca que “as mídias tecnológicas compreendem sistemas de escrita – no sentido mais amplo do termo – que, desde o século XIX, não conservam somente material linguístico, mas também imagens e, adicionalmente, a partir do século XX, vozes e sons.” Os arquivos hoje guardam uma grande variedade de tipologias documentais e têm que lidar com os desafios de conservação e tratamento técnico a elas subjacentes.

Pensar em como a titular acumulou a documentação sonora que hoje está sob a guarda do Arquivo Nacional é também refletir sobre a história da criação e popularização dos aparelhos de gravação de som. Somente no início dos anos 30, foram criadas fitas magnéticas e aparelhos capazes de armazenar sons e vozes. Entretanto, sua popularização aconteceu no início dos anos 50, na Europa, tornando possível a realização de gravações domésticas⁸. É possível encontrar no acervo da titular gravações que registram a perplexidade das pessoas diante da possibilidade de gravarem e escutarem suas vozes e dizendo o quanto “é formidável esse aparelho”⁹.

É interessante mencionar que, dentro da caixa de uma das fitas-rolô que compõem o acervo de Maria da Conceição, encontramos um memorando do Serviço

de Som da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com o resumo do conteúdo da referida fita (entrevista de um deputado em um programa de rádio e discursos de Maria da Conceição e outros parlamentares na tribuna da Alesp). Esse tipo de documento escrito encontrado junto a documentos sonoros e audiovisuais traz pistas sobre a proveniência das gravações e outras informações, tais como datas e nomes de pessoas, auxiliando assim o processo de tratamento técnico do conjunto documental.

Para tentar sanar a lacuna de informações sobre a trajetória da titular e sobre o próprio acervo e a sua constituição, os técnicos responsáveis pelo tratamento técnico começaram a realizar pesquisas fora dos limites do acervo. As primeiras fontes de pesquisa utilizadas foram textos extraídos do *website* da Alesp sobre a trajetória biográfica de Maria da Conceição¹⁰. Esses textos levaram à sua autobiografia “Rua sem Fim”, de 1984, que é o único volume publicado de uma trilogia que não chegou a ser concluída. Nele, Maria da Conceição conta sua história de vida até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Alguns anos após sua publicação, em 1989, Maria da Conceição veio a falecer.

Em linhas gerais, as principais passagens de sua vida contadas no livro são: as dificuldades financeiras na infância; seu primeiro amor na adolescência; a vida em sua cidade natal Juiz de Fora, em Minas Gerais; seu primeiro casamento com Horácio, 27 anos mais velho do que ela; sua mudança para o Rio de Janeiro; sua paixão pelo ator, dramaturgo e diretor de teatro Procópio Ferreira; seu ingresso na carreira artística; a morte de sua filha Soninha; sua mudança para São Paulo; seu casamento com o médico Matheus Santamaria em 1938. Consideramos importante, para situar melhor o leitor, contar com mais detalhes alguns momentos da vida de Maria da Conceição, extraídos de sua autobiografia. A partir de 1938, as informações que apresentaremos sobre sua trajetória biográfica foram retiradas dos textos da Alesp e do currículo de Maria da Conceição que se encontra ao final de sua autobiografia.

Maria da Conceição nasceu em 1908, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Fez parte da primeira geração de brasileiros da sua família. Seu pai era português, sua mãe norte-americana. Embora fosse, nas palavras de Conceição, uma família de posses até antes do seu nascimento, durante a sua infância seus pais enfrentaram uma situação financeira muito difícil, “quase de extrema miséria”. Apesar disso, conseguiu ingressar na escola ainda pequena e terminar os estudos. “Andava 8 quilômetros para ir ao Grupo [Grupo Escolar Delfin Moreira, onde estudou], quatro para ir, quatro para voltar, pés descalços e muitas vezes sem levar merenda – lanche”

(Neves, 1984, p.21).

Em 1928, já desquitada do primeiro marido, com quem teve três filhos, e morando no Rio de Janeiro, Maria da Conceição conhece Procópio Ferreira, então com 33 anos, por quem se apaixonou. Ainda na década de 30, passou a viver com ele. Embora nenhum dos dois pudesse, pela lei da época, se casar novamente, pois ambos eram desquitados, viveram como casados por alguns anos. Conceição narra a forma como se tornou atriz da companhia de teatro de Procópio Ferreira. Um certo dia, em um ensaio, uma das atrizes da companhia de Procópio não conseguia acertar seu papel. Procópio estava muito irritado e mandou suspender o ensaio. Conceição disse brincando, para desanuviar o ambiente, que iria interpretar a cena da forma como orientou Procópio.

“Se acertar, quero aplausos e se errar estão proibidos de vaiar” [...] Fui, peguei a peça, entrei como rainha, pisei como rainha, olhei como dona do mundo e falei como artista. Li uma página e parei, dando gargalhadas. Minhas gargalhadas foram abafadas pelas palmas dos que estavam na platéia. [...] Havia nascido uma estrela de teatro (Neves, 1984, p.82 e 83).

Havia uma unanimidade entre os amigos e artistas da companhia de que Conceição da Costa Neves não era nome adequado para o teatro. Assim, o poeta e teatrólogo Catulo da Paixão Cearense sugeriu o nome *Regina* (“Rainha é, então será Regina”), e *Maura* foi retirado da pesquisa nos muitos sobrenomes da família de Conceição. Regina Maura foi uma atriz de grande sucesso, percorreu várias cidades do país, encenando várias peças.

Uma das passagens marcantes de sua autobiografia foi a narrativa do falecimento de sua filha Soninha, aos seis anos de idade. Antes do nascimento de sua filha, Maria da Conceição conta que havia dado à luz a outras duas crianças: a primeira morreu algumas horas depois do parto; e o segundo filho, Jarbas, sofreu um mal súbito e faleceu com um ano de idade. Conceição narra que ela e sua filha foram submetidas à cirurgia para a retirada de amídalas no intuito de evitar as infecções recorrentes, mas, passados dez dias da cirurgia, sua filha continuava sem se alimentar direito e sentindo muitas dores, até que começou a expelir um catarro grosso e amarelo. Havia contraído difteria. Horas depois de chegar ao hospital, sua filha veio a falecer. A narrativa desses momentos que antecederam sua morte e do luto é tocante:

Pelo desencontro nos meus raciocínios, percebia-se logo que eu estava desorientada. A perda da minha filha tinha sido o único verdadeiro choque em minha vida agitada. Todas as tardes lá estava eu no cemitério até a hora de fechar. Não chorava. Às vezes

conseguia rezar, mas na maioria lá ficava inerte, encostada ao túmulo, olhando, possivelmente para nem um lugar e sem ver coisa alguma. (Neves, 1984, p.135)

Após a morte de sua terceira filha e tendo já rompido sua relação com Procópio Ferreira, Conceição conta que o povo, querendo acarinhá-la, lança seu nome para Rainha do Baile das Atrizes no carnaval de 1934. Foi eleita e coroada no Teatro João Caetano, experiência narrada por ela:

Primeira Rainha do Baile das Atrizes. Nunca fui carnavalesca. Adoro dançar mas tenho horror das camisas suadas, das caras molhadas de suor. Acho que sou uma bailarina frustrada, das muitas biografias que li, já reli, a de Isadora Duncan. No meu tempo, moça de família nem pensar podia ser bailarina, “tá com o diabo no corpo?”

Primeira Rainha do Baile das Atrizes uma criatura que nunca entrou num cordão carnavalesco?! E aconteceu. Fui eleita e o Chefe da Casa Civil do meu amigo Dr. Getúlio Vargas, o notável Lourival Fontes, mais tarde senador, foi ao Teatro João Caetano, em nome do Presidente Vargas, coroar a Rainha Regina Maura.

Quando eu tinha 15 anos, a cartomante me disse: menina vejo você sendo coroada! (Neves, 1984, p.140)

Alguns anos depois, em 1938, Maria da Conceição se casou com o médico Matheus Galdi Santamaria, de quem se separou em 1955. Durante a 2ª Guerra Mundial, entre 1943 e 1945, Maria da Conceição da Costa Neves foi diretora da Cruz Vermelha do Brasil em São Paulo. Em 1946, fundou e presidiu a Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. Seu trabalho em defesa dos doentes de hanseníase (na época tratada como lepra) a tornou conhecida através da imprensa e a projetou politicamente. Foi então que, em janeiro de 1947, iniciou sua carreira política como deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi a terceira mais votada entre 75 deputados e a única mulher a compor os quadros da Assembleia Constituinte Paulista de 1947.

Uma das principais áreas de atuação da deputada Maria da Conceição foi a defesa dos doentes de hanseníase e de suas famílias, tendo sido autora de leis e projetos que lhes garantiam direitos¹¹. Na sua primeira legislatura, Maria da Conceição foi chamada a participar de um grupo incumbido de averiguar a estrutura dos asilos-colônia do estado de São Paulo¹², para onde eram levados os doentes. Em razão de suas denúncias sobre as péssimas condições de funcionamento desses estabelecimentos, abriu-se uma investigação realizada pela Alesp e publicada em relatório, que é hoje considerada a primeira comissão parlamentar de inquérito (CPI) da história do Legislativo paulista.

Maria da Conceição participou ativamente da política, tendo sido uma das fundadoras do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A partir de 1947, foi eleita deputada estadual para sucessivas legislaturas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Pelo PTB, foi reeleita para as legislaturas de 1951-1954 e 1955-1958. Já pelo PSD, foi reeleita em 1959-1962 e 1963-1966. Em 1967-1969 foi reeleita pelo MDB, única oposição consentida pela ditadura na ocasião. Entre 1960 e 1963, foi eleita e reeleita vice-presidente da Alesp, sendo a primeira mulher a assumir a presidência de um parlamento estadual no Brasil, quando da viagem do presidente Roberto Costa de Abreu Sodré ao exterior.

A deputada fez parte do movimento que depôs o presidente João Goulart em 1964. No entanto, depois se tornou crítica ao regime ditatorial militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Após a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo em 1965, ela se filiou ao partido de oposição ao regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual também foi uma das fundadoras. Com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5, de 13/12/1968), a Assembleia Legislativa Paulista ficou fechada de 07/02/1969 a 31/05/1970, e, entre os 27 deputados estaduais cassados, estava o nome de Maria da Conceição da Costa Neves, que ainda perdeu seus direitos políticos por dez anos¹³. Na década de 70, participou de movimentos sócio-políticos pela Anistia. Foi também jornalista e escritora, tendo lançado, além da sua autobiografia, os livros de poemas “Na Esquina do Mundo” (1970) e “Na Praça da Vida” (1976)¹⁴.

Debruçar-se sobre o arquivo pessoal de Maria da Conceição da Costa Neves e sobre sua autobiografia trouxe revelações sobre a sua trajetória de vida e a formação de seu arquivo. No entanto, ainda perduravam muitas perguntas sem respostas, dentre elas: por que o seu acervo sonoro está circunscrito apenas à sua atividade enquanto deputada? Como foi o seu ingresso na política? Há outras parcelas do acervo ainda de posse da família ou em alguma outra instituição de memória? Como foi a decisão da família sobre a doação do acervo?

Em busca de responder essas e outras questões, Ana Carolina Reyes, uma das autoras deste artigo, entrevistou Monica Rocha da Silva Telles, sobrinha-neta de Maria da Conceição da Costa Neves e responsável pela doação do acervo de sua tia-avó ao Arquivo Nacional. A entrevista aconteceu à distância no dia 27 de novembro de 2022, por meio da plataforma virtual Zoom. Recorrer a entrevistas de história oral com o titular do arquivo ou com seus familiares¹⁵ pode ser bastante útil para o tratamento técnico do acervo no sentido de descortinar o processo de acumulação da

documentação que o integra e trazer novas informações sobre a trajetória do titular.

Desse modo, no próximo tópico, apresentaremos algumas considerações sobre a entrevista com Monica Telles, buscando analisar sua narrativa à luz da bibliografia sobre a metodologia da história oral.

A entrevista com Monica Telles, a doadora

No Manual de História Oral, Verena Alberti (2005) trata, dentre outros temas, da escolha dos entrevistados em um projeto de pesquisa cuja metodologia escolhida é a história oral. Segundo a autora, “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (Alberti, 2005, p.31). Sobre este ponto, é interessante esclarecer que a escolha por entrevistar Monica Telles, sobrinha-neta de Maria da Conceição da Costa Neves, se deveu ao fato de ter sido ela a responsável pela doação do acervo de sua tia-avó ao Arquivo Nacional durante o chamamento à doação, para o AN, de arquivos particulares relativos ao período da ditadura militar, no bojo do *Memórias Reveladas*.

Monica pareceu, portanto, ocupar uma posição central em relação ao legado de sua tia-avó, pois não só foi a responsável pela doação do acervo de Maria da Conceição, como detinha a guarda da documentação antes da entrega ao Arquivo Nacional. Além de ter condições de fornecer mais informações sobre a titular e o acervo por ela deixado, Monica figura também como representante do legado político deixado por sua tia-avó, concedendo entrevistas, participando de eventos, sobretudo quando o assunto envolve as pessoas atingidas por hanseníase¹⁶.

Como apontado por Santhiago e Magalhães (2020), existem duas importantes vantagens na realização de entrevistas online, tal qual a de Monica: o encurtamento das distâncias – quando entrevistador e entrevistado se encontram em locais muito afastados – e a redução dos custos da pesquisa. Sem entrar na discussão trazida pelos autores sobre a utilização desse recurso pela história oral e o papel da presença física e do corpo para a realização das entrevistas, é inegável que essa prática tem crescido significativamente, em especial desde a eclosão da pandemia da Covid-19 em 2020. No presente caso, como a entrevistada mora em Brasília, e a entrevistadora, no Rio de Janeiro, a utilização de uma plataforma que permitisse mitigar a distância geográfica e, ao mesmo tempo, gravar a entrevista remotamente foi imprescindível para a

realização e o registro de áudio e vídeo do depoimento de Monica – ainda que tenham ocorrido alguns problemas técnicos com o áudio.

Uma das primeiras questões abordadas na entrevista diz respeito à relação entre Monica e Maria da Conceição da Costa Neves, no sentido de desvelar o grau de convívio entre elas e também sobre quais experiências foram tecidas as memórias narradas pela sobrinha-neta durante a sua entrevista. Monica nos informou que Maria da Conceição era tia de seu pai (irmã de sua avó paterna), e que ele, quando adolescente, foi morar com ela, onde ficou até se casar. Segundo Monica, seu pai, que não está mais vivo, considerava Maria da Conceição como uma mãe. Ela diz que frequentava a casa de Conceição todos os finais de semana e que chegaram a viajar muitas vezes juntas.

Thais Almeida (2021), em sua tese de doutorado sobre o Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional entre os anos de 1880 e 1980, optou por lançar mão de entrevistas de história oral por se deparar com dificuldades em encontrar fontes escritas sobre o tema estudado. A pesquisadora, em palestra no dia 27 de outubro de 2022, durante a disciplina de Introdução à História Oral, ministrada por Rafaella Bettamio, uma das autoras desse artigo, na Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, contou que, devido ao recorte temporal do seu trabalho, algumas pessoas centrais para sua pesquisa já eram falecidas, fato que a fez procurar por outros familiares destas pessoas. Almeida destacou que se deparou com o desafio de filhos que não estavam dispostos a conceder entrevistas e contar sobre a trajetória de seus pais.

Para este trabalho, também lidamos com a situação de que nossa personagem principal não está mais viva. Por isso, tivemos que buscar relatos de uma pessoa da família, situação que inevitavelmente nos leva a refletir sobre os limites desse tipo de relato de parentes sobre histórias de vida de seus ascendentes. Ainda assim, consideramos que a entrevista foi muito proveitosa, pois Monica Telles nos forneceu informações significativas sobre a trajetória de Maria da Conceição e a formação de seu acervo.

A sobrinha-neta de Maria da Conceição da Costa Neves, desde o nosso primeiro contato, mostrou-se bastante disposta em conceder a entrevista, a qual foi agendada com pouca antecedência. Durante o seu depoimento, foi revelado que há outros familiares próximos ainda vivos que tiveram contato com Maria da Conceição, como a mãe de Monica e uma prima de seu pai. Pretendemos entrevistar essas pessoas futuramente, pois seus depoimentos irão contribuir para que tenhamos acesso a outras

perspectivas sobre o tema.

No tocante ao arquivo pessoal de Maria da Conceição, um aspecto que desde o início nos chamou a atenção diz respeito à ausência da documentação textual da titular entre o conjunto documental que foi objeto da doação ao Arquivo Nacional. A doação envolveu apenas aqueles documentos chamados “especiais” – películas e fitas-rolô – que requerem aparelhos específicos e profissionais especializados para o seu tratamento e acesso. Monica nos informou que doou a documentação textual de sua tia para uma ex- colônia de doentes de hanseníase em Bauru, São Paulo, que foi o primeiro lugar visitado por Conceição quando iniciou seu trabalho junto aos doentes e onde hoje funciona um centro de referência na área de Dermatologia Geral e Hanseníase do estado de São Paulo, chamado Instituto Lauro de Souza Lima. Este Instituto atualmente também abriga um museu que detém acervos sobre saúde pública e para onde foi enviado parte do arquivo de Maria da Conceição¹⁷.

Localizamos duas reportagens sobre a inauguração do “cantinho da ex-deputada Maria da Conceição da Costa Neves”, localizado no Instituto Lauro de Souza Lima¹⁸. Em ambas, Monica aparece discursando na solenidade de inauguração do espaço onde foi montada uma exposição sobre Maria da Conceição da Costa Neves com o acervo doado (fotografias, medalhas, placas). Como dissemos, foi possível perceber que Monica figura como representante do legado político deixado por sua tia-avó, sobretudo quando o assunto envolve as pessoas atingidas por hanseníase. Durante a entrevista, o tema que a entrevistada mais detidamente abordou foi o dos pacientes de hanseníase das antigas colônias e suas famílias, enquanto outros temas não foram tão enfocados, como a atuação de sua tia-avó como atriz e como deputada estadual ou mesmo a sua cassação durante a ditadura militar. Salta aos olhos, portanto, que a escolha por enfatizar a parte altruísta do legado de sua tia-avó é uma construção narrativa de Monica. Ao iluminar esse aspecto da trajetória de Maria da Conceição, ela elabora uma narrativa biográfica para a tia-avó e projeta a si mesma, destacando-se enquanto herdeira especificamente desse legado familiar.

Além de contar episódios vividos por Maria da Conceição, Monica relatou também situações vivenciadas por ela, já depois do falecimento de sua tia, envolvendo portadores de hanseníase e seus familiares. Nesse momento da narrativa, as histórias – aquelas vividas por sua tia-avó e outras vivenciadas por Monica – parecem se cruzar, como se, em certa medida, o reconhecimento de Monica ao trabalho de sua tia-avó ancorasse o seu próprio reconhecimento enquanto detentora e doadora de seu acervo.

Monica nos contou como era a situação dramática dos antigos asilos-colônia onde ficavam internados os doentes de hanseníase, situação essa que foi relatada e denunciada por sua tia-avó antes do seu ingresso na política, e que, segundo Monica, foi o que motivou Maria da Conceição a se candidatar. O “Holocausto brasileiro”, nas palavras de Monica, foi marcado pelo confinamento dos doentes; maus-tratos; torturas; separação de bebês de suas mães no momento do nascimento, que eram levados para creches e colocados para adoção. Monica nos forneceu uma informação muito importante a respeito da autobiografia de Maria da Conceição. Esta que havia sido pensada para ser escrita e publicada em três volumes, teve apenas o primeiro volume impresso. O segundo volume, segundo Monica, foi escrito por Maria da Conceição e aborda a situação dos doentes de hanseníase nos asilos-colônia, obra que Monica vem há algum tempo tentando publicar. O terceiro volume, que contaria sobre os bastidores da política, não foi escrito.

A narrativa de Monica sobre a situação dos internos nos asilos-colônia descrita por sua tia-avó é alternada com a de sua própria experiência de ter conhecido ex-internos e seus filhos, que foram separados dos pais e só vieram a conhecê-los depois de adultos. Esse contato de Monica com portadores de hanseníase não é pontual. Ela deixou clara a sua proximidade com o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, Mohan, sediado no Rio de Janeiro, e o seu contato com Artur Custódio, coordenador nacional do Mohan.¹⁹ Foi Custódio inclusive que a ajudou com a transação de doação do acervo de Maria da Conceição para o Arquivo Nacional, fazendo a intermediação com o Secretário de Direitos Humanos em Brasília.

Esse traço de ser, em certo grau, uma continuadora do legado político de sua tia-avó é uma marca na narrativa de Monica, aparecendo em momentos distintos de sua entrevista. Ela nos relatou dois episódios de quando era criança que exemplificam que sua personalidade e jeito de ser são parecidos com os de sua tia-avó. Maria da Conceição é identificada em sua fala como alguém de coragem, força e determinação. Em outro momento, a entrevistada comentou que a família sempre apoiou o envolvimento de sua tia-avó com a política e afirma que os descendentes, como ela, deveriam ter seguido o caminho trilhado por sua tia-avó e entrado na política também.

Em relação ao que a motivou a realizar a doação do acervo de Maria da Conceição da Costa Neves ao Arquivo Nacional, Monica explicou que a família desejava manter a memória da tia-avó viva e queriam dar acesso ao acervo que estava

guardado, sem uso, num canto de um quarto. Foi então que falou com o Artur Custódio do Mohan, que a colocou em contato com o Secretário de Direitos Humanos em Brasília, como dissemos acima. Percebe-se aqui que as razões para a doação de um acervo assumem sentidos diferentes se compararmos a motivação da família com a das políticas públicas de memória. O *Memórias Reveladas*, ao realizar o chamamento de arquivos privados, tinha como principal objetivo reunir fontes acumuladas por particulares sobre o período da ditadura militar, de modo a contribuir para a reconstrução da memória da época. Em nenhum momento do seu depoimento, Monica fala sobre o *Memórias Reveladas*, projeto que possibilitou o ingresso do acervo privado de sua tia-avó no Arquivo Nacional, e também não enfatiza em sua abordagem a atuação política de sua tia-avó durante a ditadura militar. Ainda que por motivações distintas, o objetivo da família por fim coincidiu com o do Estado de tornar acessível ao público o arquivo de Maria da Conceição da Costa Neves.

Uma história em três atos: reflexões sobre arquivo pessoal, autobiografia e história oral

Na literatura sobre memória, muitos autores enfatizam um traço que lhe é característico: a impossibilidade de se recordar tudo que foi vivido. A memória é, portanto, seletiva, e dela faz parte necessariamente o esquecimento. Bem diferentes do conhecido personagem de Borges (1997) – Funes, o memorioso – as pessoas selecionam momentos de sua vida para recordar, e outros para esquecer, ainda que não de forma consciente. Esse traço pode ser visualizado tanto em uma autobiografia ou em uma entrevista de história oral, mas também naquilo que resolvemos guardar como arquivo pessoal. Como diz Artières (1998, p.11):

... não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.

O pesquisador que trabalha com relatos orais, biografias e mesmo arquivos pessoais está diante da tarefa de confrontar as informações ali encontradas com outras fontes, considerando que o ato de recordar (como o de guardar documentos) é algo seletivo. Muitas vezes, no entanto, o entrevistado pode ter a ilusão de recordar tudo ou quase tudo sobre sua vida. Assim ambicionava Maria da Conceição da Costa Neves. No início de sua autobiografia, intitulada *Rua Sem Fim*, ela avisa ao leitor que

não deixará nenhuma “gaveta fechada”, ainda que reconheça prejuízos devido aos desgastes do tempo.

Serão todas elas abertas, com chave ou gazuá, com facilidade ou dificuldade, pois muitas delas estarão emperradas pela ferrugem do tempo. Haverá de tudo e para todas as sensibilidades. Maços de cartas em papel azul-céu com fitinhas róseas, flores secas, certidões de casamento, nascimento e óbito, um pouco de terra dentro de um papel que já perdeu a cor, que poderá ter vindo de túmulos, como poderá ser de um canto de mata onde se realizou uma posse furtiva. (Neves, 1984, p.17)

Uma das questões comuns aos pesquisadores que trabalham com arquivos pessoais diz respeito às escolhas do titular em relação aos documentos que acumula, no sentido de moldar a imagem de como ele gostaria de ser lembrado. Que facetas do titular são mostradas/omitidas nos documentos acumulados? E, se tratando de acervo pessoal doado pela família do titular, devemos pensar também sobre a seleção de documentos escolhidos para serem entregues à instituição de memória, a fim de construir certa imagem sobre o ente querido. Essas mesmas questões também podem ser levantadas em relação a uma autobiografia, quando o autor seleciona memórias e as organiza por meio de uma construção narrativa sobre sua trajetória de vida.

Um aspecto que chamou nossa atenção nesta pesquisa sobre Maria da Conceição da Costa Neves é que em seu acervo custodiado no Arquivo Nacional há documentos que refletem parte das atividades por ela empreendidas como deputada estadual, mas quase nenhuma referência sobre a sua vida profissional enquanto artista, embora tenha sido uma atriz de grande destaque. Por outro lado, em sua autobiografia, Maria da Conceição dedica muitas páginas sobre seu trabalho como atriz, misturando-o com sua vida pessoal ao lado do seu então companheiro Procópio Ferreira.

Bourdieu (1998) nos fala de certo tipo de ilusão comum às narrativas biográficas: a tendência em tomarmos a experiência da vida como uma unidade e totalidade. Segundo o autor, na narrativa biográfica, é possível notar a atribuição de um sentido na escolha dos fatos narrados, de uma lógica, ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva que estabelece relações inteligíveis entre si e constrói um fio condutor coerente para a trajetória da vida biografada ou autobiografada. Bourdieu destaca, dentre as instituições de totalização e unificação do eu, o nome próprio.

Por esta forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos

possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. (Bourdieu, 1998, p.186. Grifos do autor)

Enquanto nas histórias de vida a "ilusão biográfica" de Bourdieu seria fruto de um discurso formulado sob a motivação de refazer os caminhos percorridos por um indivíduo até o momento do relato, situação na qual as experiências de vida seriam submetidas a “uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos”, nos arquivos pessoais, ela seria decorrente da ilusão de um “acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos ‘fatos’ relevantes da vida do titular” (Heymann, 1997, p. 45). Analisando as fontes de que dispomos sobre a trajetória de Maria da Conceição da Costa Neves, com destaque para seu arquivo pessoal e, sobretudo, sua autobiografia, visualizamos a sua busca em dividir a narrativa sobre sua vida em duas partes: antes de seu ingresso na vida política (quando trabalhou como atriz de teatro) e depois (quando exerceu a função parlamentar). Essa ruptura pode ser percebida por alguns indicadores. Um deles seria o fato de Maria da Conceição ter tido dois nomes – Regina Maura e Maria da Conceição da Costa Neves – tendo desfrutado de grande reconhecimento com ambos. Em sua autobiografia, ela escreveu: “Algumas vezes, Regina Maura e Conceição criavam tremendos conflitos dentro da mesma mulher” (Neves, 1984, p.145). Outro indicador seria a estrutura escolhida por ela própria para sua autobiografia, em três volumes. O término do primeiro volume, o único publicado, coincide com seu casamento com o médico Santamaria, quando já havia abandonado a profissão de atriz, após enfrentar o falecimento de sua filha e a separação com Procópio Ferreira.

Rosenthal (1998) apresenta um exemplo muito significativo de uma entrevista que realizou com um judeu alemão chamado Sr. Green, que havia se mudado da Alemanha para Israel, que ilumina o estudo aqui traçado sobre a trajetória de Maria da Conceição Costa Neves. Em um determinado momento da entrevista, o Sr. Green pede que o gravador seja desligado e interrompe de modo agressivo o depoimento, ficando algumas semanas sem estabelecer contato com o entrevistador. A hipótese de Rosenthal – a partir da análise hermenêutica e à luz da teoria da Gestalt sobre o acontecido – é que o entrevistado procura separar o seu passado na Alemanha, durante o nazismo, do seu passado e presente em Israel.

O sr. Green tem que fazer um esforço para dividir sua vida em duas partes e não o consegue por meio da argumentação, tal como vemos

em outras histórias de vida, especialmente no caso de conversões religiosas. Mas ele procura esboçar duas imagens completamente independentes. Um espaço de várias semanas entre os dois encontros com o entrevistador lhe permite manter ambas as imagens bem afastadas. Ele não quer que o Holocausto ofusque sua vida em Israel. (Rosenthal, 1998, p. 198)

Um aspecto que merece ser problematizado na forma como se apresenta a trajetória de Maria da Conceição diz respeito à relação do presente com a narrativa do passado. Na década de 80, quando sua autobiografia é publicada, o Brasil vivia uma desvalorização do cinema e do teatro, muito afetados pela crise econômica do país, e, ao mesmo tempo, estava em curso o processo de abertura e redemocratização política, após longo e duro período de ditadura. Era um momento no qual políticos de oposição, grupo que incluía o MDB, assumiam papel de destaque nacional e suas atuações eram reconhecidamente relevantes para o futuro do país.

Perguntamo-nos também de que maneira as duas partes da história de Maria da Conceição dialogam e se conectam, apesar de separadas na narrativa que constrói sobre si no final de sua vida. Uma hipótese levantada é que as bases da carreira política de Conceição foram erigidas a partir das relações que travou enquanto atriz, quando se relacionou com diversas personalidades de diferentes meios, inclusive da política. Em sua autobiografia, além de narrar histórias sobre o trabalho propriamente de atriz (conta detalhes sobre ensaios, turnês por várias cidades, elaboração das peças, sobre figurinos, sobre a crítica na imprensa), Maria da Conceição cita nomes de pessoas com quem se envolveu durante os três anos que atuou no teatro, no início da década de 30. “Nem antes, nem depois, convivi com tantos, tão variado e verdadeiros intelectuais. Aprendi muito, muito, muito. A eles devo do pouco que sei, do quase nada que sou” (Neves, 1984, p.149): Rui Barbosa, Noel Rosa, Carmem Miranda, Joracy Carmargo, Oduvaldo Viana, Irineu Marinho, Getúlio Vargas, Catulo da Paixão Cearense e vários outros artistas, juristas e políticos estão nessa lista. Na contramão dessa hipótese, o depoimento de sua sobrinha-neta Monica Telles enfatiza que a motivação de sua tia-avó para entrar na política foi o cuidado e preocupação que dedicou aos doentes de hanseníase. Monica atribui à carreira política de Maria da Conceição a sua inserção no círculo de pessoas importantes, influentes e famosas da época e não à sua carreira de atriz, que aparece sombreada em sua narrativa.

Um dos caminhos para pesquisa futura seria pensar as ligações entre artistas e políticos na primeira metade do século XX. Maria da Conceição retrata essa relação ao narrar a história da elaboração da peça “Deus lhe pague” (1932) pelo dramaturgo Joracy Camargo, sua peça mais famosa, que “teve cerca de 10 mil representações, no

Brasil e fora dele, com versões em japonês, hebraico, francês, inglês, iídiche e espanhol” (Niskier, [2008]). Segundo ela, Joracy estava preso na Casa de Detenção por ter falsificado um cheque de pouca importância. A ideia da peça nasceu depois que Procópio Ferreira leu num jornal de São Paulo que havia um senhor, de barbas e cabelos longos, que convivia com os estudantes no Largo de São Francisco e usava palavras profundas. Era chamado “O Filósofo”. Procópio pediu a Joracy que escrevesse uma peça em que ele pudesse encenar um tipo como o daquele senhor. Enviaram então ao dramaturgo, por sua solicitação, resmas de papel, caixas de lápis e um exemplar do primeiro livro da Bíblia, o Gênesis. Quando chegaram as primeiras páginas, todos acharam genial. Mas Procópio queria poder conversar com Joracy a cada dia, e não por correspondência. Assim, Maria da Conceição teve a ideia de ir ao Palácio Monroe falar com o então Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, que era espectador assíduo de suas peças.

Contei-lhe o caso e disse: tenho um pedido difícil de ser atendido, mas se não fosse difícil não o viria procurar.

– Diga lá Regina, o que tu queres.

– Queria que fosse dada uma licença especial para que o Joracy saísse todas as noites da Detenção, depois do espetáculo, jantasse em minha casa – Rua D. Mariana – , lesse e discutisse com Procópio o que havia escrito durante o dia e antes de clarear, nós o devolveremos à Detenção.

– Não é fácil, vamos fazer três vezes por semana?

– Vamos! Assim foi escrito o “Deus lhe pague”. (Neves, 1984, p.104)

Ainda sobre as conexões e rupturas entre as duas faces que entendemos compor a trajetória de vida de Maria da Conceição, pode-se afirmar que a vida de atriz, caso tenha contribuído para seu ingresso na carreira política como deputada estadual, simbolizava também seu calcanhar de Aquiles. Segundo Porto (2016) – que analisou o discurso construído pelo Jornal O Estado de S. Paulo entre os anos de 1945 a 1954 para promover a legitimação do modelo paulista de internação de doentes de hanseníase –, Maria da Conceição, que se contrapunha a esse modelo, sofreu críticas recorrentes da imprensa, e o fato de ter trabalhado como atriz foi utilizado como motivo de depreciação de sua atuação política. Em sua autobiografia, Conceição relata os preconceitos que enfrentou quando decidiu ingressar na carreira artística e como a sociedade de então via de forma depreciativa os artistas. Percebe-se no trecho abaixo que ela mesma se mostra bem crítica em relação a essa sociedade, ao narrar os preconceitos da época.

As famílias burguesas dos países sem tradição, esses países novos cuja cultura ainda é importada como importados são muitos os

artigos essenciais à vida das populações, essas famílias, por via de preconceitos tortos, de que elas mesmas desconhecem a estrutura e até a razão de existirem, fincadas apenas em não desejar modificar esses preconceitos, tinham ainda opiniões podres sobre os artistas. Não os consideravam seres privilegiados, o que seria muito a exigir da estupidez delas, mas chegam a entendê-los criaturas anormais, marginais, indesejáveis. A notícia de que eu iria trabalhar em teatro foi mesmo uma revolução. Neste país, ainda muito pão precisará a sua gente comer, muita cartilha precisará ler e muito medicamento tomar, até chegar à sensibilidade da arte. [...] O artista é o boêmio que vive de expediente, sem profissão definida e sem a definida situação financeira. *A mulher que se sente ser artista é por eles chamada de prostituta.* (Neves, 1984, p.83, grifos nossos)

Conceição teve inclusive que enfrentar a ameaça de perder a sua filha para o pai da menina, que queria afastá-la da mãe quando soube que esta seria atriz. Ela diz que precisou lutar e recorrer às leis: “já havia a lei do deputado federal Dr. Getúlio Vargas, que dava profissão ao artista e que impedia que falsos empresários explorassem autênticos artistas – foi aí que aprendi a amar Getúlio Vargas” (Neves, 1984, p.87).

Um último ponto que gostaríamos de levantar sobre biografias, arquivos pessoais e depoimentos orais é que essas fontes de pesquisa, para além de trazerem características individuais do titular ou depoente, situam o indivíduo em uma teia social. Como afirma Verena Alberti, “a história do sujeito e a história da sociedade e do grupo de que faz parte se relacionam continuamente” (Alberti, 2004, p.94). Embora esteja se referindo ao trabalho com história oral, essa observação também se aplica ao trabalho em arquivos pessoais e com autobiografias. Segundo Levi (1998), compreender uma trajetória biográfica, que tem as suas particularidades, é também olhar para suas relações com a época e a sociedade em que o indivíduo está ou esteve inserido. A pesquisa que se utiliza de biografias (e podemos estender a reflexão para a pesquisa em arquivos pessoais, como é o acervo de Maria da Conceição), possibilita conhecer, ao menos em parte, a mentalidade da época, o contexto social em que o indivíduo se encontra, suas relações com diferentes grupos. Segundo a pesquisadora Carla Porto (2016), muitas críticas dirigidas pela imprensa escrita à deputada Maria da Conceição traziam à baila o fato de ter atuado no teatro, além do fato de ser mulher, ocupando um espaço majoritariamente dominado por homens. No acervo sonoro da titular, podemos notar em algumas de suas entrevistas a programas de rádio um tom de crítica ou jocosidade dos entrevistadores para com ela. É notória a tentativa de desqualificá-la pelo fato de ser mulher. Destacamos um desses diálogos a seguir, no qual o pronome de tratamento que é escolhido para se referir a Maria da

Conceição desconsidera o seu cargo político de deputada e se volta ao seu estado civil:

Entrevistador: Devemos dirigir-lhe a palavra com o tratamento de senhora ou senhorita, hein?

Maria da Conceição: (risos) esta é uma saída muito interessante. Vocês já iniciaram de maneira diferente. Realmente fizeram bem, é mesmo uma situação diferente. Geralmente não é essa pergunta. Vocês perguntam “Vossa Excelência”, porque eu sou “Vossa Excelência”. *Eu sou “Excelência”, quer queiram, quer não queiram.* Mas como vocês já deviam saber que eu ia dizer que dispensava o tratamento de Vossa Excelência, porque estamos realmente num regime democrático, onde esse tratamento de Vossa Excelência é um detalhe do meu mandato... mas como eu tenho quase a certeza, mesmo a votação sendo secreta, de que eu represento um número muito maior de eleitores da classe média para baixo, essa gente humilde de São Paulo, e que eu iria dispensar o tratamento de Vossa Excelência, mas quando os senhores me chamassem de você, eu iria dizer que “você” não, “você” não! “Senhorita” porque? “Senhorita” são aquelas senhoras que costumam ter filhos e teimam em ficar solteiras. Eu sou casada. Eu sou senhora.

Entrevistador: Conceituadíssima senhora Dona Conceição, a senhora empenha a sua palavra publicamente como não tem conhecimento de nenhuma das perguntas que lhe vamos formular?

Maria: Empenho. Até porque se fora isso eu não viria. Seria uma farsa, e eu não me submeto à farsa²⁰.

Célia Pinto (2017) aponta que na década de 1950 apenas às mulheres pertencentes às camadas populares da sociedade era consentido o trabalho fora de casa por uma questão de sobrevivência (embora essas mulheres sofressem toda sorte de abusos no ambiente de trabalho). “Nas elites e classes médias urbanas, o lugar sagrado da mulher era o lar, cumprindo seu papel de mãe santificada, pelo menos nos discursos da família ideal, sendo, portanto, desaconselhável e mesmo vetado ter vida pública” (Pinto, 2017, p.461). Se levarmos em consideração o estudo realizado pela União Interparlamentar, organização internacional responsável pela análise dos parlamentos mundiais, que mostra que as mulheres ainda são minoria em cargos políticos no Brasil (12% dos senadores e 15% dos deputados federais), podemos imaginar o que era ser deputada na década de 1950.

É possível extrair do acervo sonoro de Maria da Conceição seus posicionamentos bem como as ideias políticas que circulavam na época. Maria da Conceição era grande admiradora de Getúlio Vargas, ingressando na política como deputada estadual de São Paulo por seu partido, o PTB. Por outro lado, se contrapôs ao presidente João Goulart, tendo apoiado o golpe de estado civil-militar deflagrado

em 31 de março de 1964, quando já era deputada estadual pelo PSD, partido de Juscelino Kubitschek. É comum também encontrar perguntas de entrevistadores sobre seu posicionamento em relação à União Soviética e ao comunismo, nos permitindo vislumbrar as principais divergências ideológicas daquele período. Em sua autobiografia, Conceição também apresenta as suas críticas no tocante ao regime socialista.

O acervo pessoal de Maria da Conceição contribui para importantes reflexões sobre a memória política e social do Brasil de meados do século XX. Por meio dele, e também de sua autobiografia e de entrevistas com seus familiares, muitos temas relacionados à organização sociopolítica brasileira ao longo do século podem ser aprofundados. Alguns desses temas são, por exemplo, a participação da mulher no teatro e na política; o espaço do rádio na sociedade da época; a dinâmica política que antecedeu o golpe militar e caracterizou o pós-golpe, considerando alianças e adversários políticos; e certamente a história da Hanseníase no Brasil, que não tem como ser contada sem se fazer referência à Maria da Conceição da Costa Neves.

A trajetória de Maria da Conceição da Costa Neves revela-se aqui em três atos. Por meio de três fontes principais com diferentes temporalidades, a partir de presentes distintos e variadas narrativas, compreendem-se aspectos de uma mesma história de vida.

Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. As razões da eficácia da lei de anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e a justiça em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, Belo Horizonte, 2010.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Thais Helena. *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2021. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2021/rag5_final.digital-compactado-7825.pdf Acesso em 18 out.2024

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, pp. 9-34, 1998.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BENASSI, Martina. *Arquivo e representatividade: uma pesquisa através dos acervos*

de mulheres no Arquivo Nacional. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Patrícia Ladeira Penna Macêdo. Rio de Janeiro, 2017.

BORGES, J. L. Funes, o memorioso. *Ficções*. Porto Alegre: Editora. Globo, 1997. Disponível em: funes-o-memorioso-borges.pdf (wordpress.com). Acesso em: 18 out. 2024

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998, pp.183-191.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, pp.41-66, 1997.

HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas a Reformistas: o PSD e a experiência democrática Brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998, pp. 167-182.

NEVES, Conceição da Costa. *Na praça da vida*. São Paulo: Martins, 1976.

NEVES, Conceição da Costa. *Rua sem Fim: autobiografia*. São Paulo: Ed. das Américas, 1984.

NISKIER, Arnaldo. Deus Lhe Pague. *Portal Academia Brasileira de Letras*, Seção Artigos. Rio de Janeiro, [2008]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/deus-lhe-pague>. Acesso em: 18 out. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol.33, n.62, p.459-490, mai-ago 2017.

PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal O Estado de São Paulo (1945-1954). *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, vol.12, nº1, pp.203-220, jan-jun 2016.

REYES, Ana Carolina. A mulher, atriz e deputada Maria da Conceição da Costa Neves: retratos de época. In: *Mulheres de Cinema*. Revista Arquivo em Cartaz. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/arquivo-em-cartaz/arquivo-em-cartaz-2021-1/revista-arquivo-em-cartaz-1/revista-arquivo-em-cartaz/revista_arquivo_em_cartaz_2019_web.pdf. Acesso em 24 nov 2024.

RIBEIRO, Antonio Sérgio. Conceição da Costa Neves. *Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. 09/09/2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251> Acesso em: 18 out. 2024.

RIBEIRO, Antonio Sérgio. Deputada Conceição da Costa Neves: centenário de

nascimento. *Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. 24/10/2008. Disponível em: Deputada Conceição da Costa Neves: centenário de nascimento (al.sp.gov.br). Acesso em: 18 out. 2024.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998, pp.193-200.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o Isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. In: *Anos 90*, [s.l.], v. 27, pp. 1–18, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266/58383>. Acesso em: 18 out.2024

SOUNDFAN. Who invented the magnetic recording? The history. Disponível em: <http://www.soundfan.it/en/history.html> Acesso em: 18 out.2024

STAMPA, Inez et. al. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (org.) *Documentos Sensíveis: Informação, Arquivo e Verdade na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos. *Revista Anistia*. Política e Justiça de transição. Brasília: n. 1, jan./jun. 2009.

Artigo recebido em

12/08/2024 Aprovado para publicação em

29/11/2024 Editor(a) responsável: Marília

Tofanetto Alves

¹ Paul Van Zyl cresceu na África do Sul durante o Apartheid (regime de segregação racial adotado pelos governos do Partido Nacional de 1948 a 1994). Destacou-se na luta contra este regime, e foi nomeado secretário-executivo da Comissão da Verdade e Reconciliação do seu país, considerada marco histórico para a justiça transacional mundial.

² Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 09 de agosto de 2024.

³ Um dos marcos antecessores à criação do Memórias Reveladas foi a publicação, em 18 de novembro de 2005, do Decreto Presidencial nº 5.584, do qual resultaria, no mês seguinte, o recolhimento ao Arquivo Nacional de documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). Entre 2007 e 2009 foram recolhidos os documentos produzidos pelos organismos setoriais – as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), que integravam a estrutura do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI) (Stampa, 2014).

⁴Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20161112141840/http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Edital%20de%20Chamamento%20Arquivo%20Nacional.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2024

⁵ O PSD integrou o bloco parlamentar de apoio à ditadura no início da presidência de Castelo Branco, retirando-se logo em seguida, em protesto à cassação de Juscelino Kubitschek. Para mais informações, ver: Hippolito, 2012.

⁶ O nitrato foi o material amplamente utilizado em filmes até os anos de 1950, quando passou a ser substituído pelo acetato, por conta do risco de entrar em combustão espontânea.

⁷ O Arquivo Nacional disponibiliza ao público o acesso à descrição dos documentos e aos seus

representantes digitais através do “Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN”. Disponível, após login, em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

⁸ Fonte: SOUNDFAN - Reel to reel recorders and tapes - History. Acesso em 09 de agosto de 2024. No Brasil, precisaríamos realizar mais pesquisas para entender como se deu a entrada e difusão desses aparelhos de gravação de áudio. Podemos inferir que apenas aquelas famílias mais abastadas tinham acesso a tal tecnologia.

⁹ Fonte: Fita 07, lado A, faixa 1

¹⁰ Fontes: Conceição da Costa Neves (al.sp.gov.br) e Deputada Conceição da Costa Neves: centenário de nascimento (al.sp.gov.br). Acesso em: 09 de agosto de 2024

¹¹ Dentre eles podemos citar, por exemplo, o que concede preferência aos filhos de internos em sanatórios de lepra para matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino (nº1174 de 1953).

¹² Para conter uma epidemia de Lepra, o estado de São Paulo iniciou, a partir da década de 30, uma política de internação compulsória de todos os portadores da doença. Foi criada uma rede de cinco asilos-colônia para receber essas pessoas, vindas de diversas localidades do estado de São Paulo, ou mesmo estados vizinhos. Essa estrutura serviu de modelo para outros estados e ficou conhecida como “modelo paulista”. ¹³ No acervo do Arquivo Nacional, há um processo que integra o fundo “Serviço Nacional de Informações” sobre a cassação do mandato de Maria da Conceição e a perda de seus direitos políticos. Nele, Conceição pleiteia informações sobre os motivos que levaram à sua cassação. Há uma carta da deputada ao então presidente da República Emílio Garrastazu Médici, em que ela fala sobre sua atuação como deputada e também no movimento que depôs o presidente João Goulart (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76097661).

¹⁴ O livro “Na praça da Vida” teve o resultado das suas vendas revertido integralmente à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra.

¹⁵ O recurso a entrevistas com titulares do acervo ou familiares de titulares não é usual na equipe responsável pelo processamento técnico dos documentos audiovisuais e sonoros do Arquivo Nacional, tendo sido experimentado em 2019 com a cineasta Maria Luiza Aboim, que possui dois filmes depositados na instituição. A gravação da entrevista com Aboim passou a constituir o acervo do Arquivo Nacional, com a devida assinatura do termo de cessão pela depoente (código de referência: BR RJANRIO AN.FIL.0.110)

¹⁶ Seguem alguns exemplos dessa atuação de Monica Telles: <https://www.youtube.com/watch?v=gjB6SnaA0N0>; <https://www.youtube.com/watch?v=V-6rwsanCxw>. Acesso em: 12 de agosto de 2024

¹⁷ O Instituto Lauro de Souza Lima foi criado em 1933 como asilo-colônia Aymorés, onde eram internados os portadores de hanseníase do estado de São Paulo. <http://www.ils.br/instituicao.php#historico>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjB6SnaA0N0>; <https://www.youtube.com/watch?v=V-6rwsanCxw>. Acesso em: 10 de agosto de 2024

¹⁹ Fonte: <http://www.morhan.org.br/>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

²⁰ Fonte: BR RJANRIO CCN.0.DSO.004 - Fundo Maria da Conceição da Costa Neves.

²¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/> Acesso em: 10 de agosto de 2024.